

Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira (1890-1937)

Rodrigo Fontanari

(Doutorando em História Econômica, FFLCH/USP)

Resumo: Partindo de algumas premissas da *teoria do crescimento da firma*, de Edith Penrose, buscaremos fazer um balanço das estratégias empresariais utilizadas por Christiano Osório de Oliveira, no contexto da economia cafeeira paulista, onde se aproveitando dos *interstícios* deixados por aqueles Bancos de maior expressão, sediados nos grandes centros urbanos, conseguiu se estabelecer nos negócios de empréstimos de capital direcionado principalmente aos cafeicultores, através da fundação da *Casa Bancária Christiano Osório*, em 1914, na cidade de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo.

Palavras-chave: Café; crédito; acumulação.

A coffee banker: the business trajectory of Colonel Christiano Osório de Oliveira (1890-1937)

Abstract: Starting with some assumptions of the theory of the firm's growth, Edith Penrose, seek to take stock of corporate strategies used by Christiano Osório de Oliveira, in the context of the São Paulo coffee economy, where taking advantage of the gaps left by those banks greater expression, headquartered in large urban centers, it managed to settle in the capital business loans mainly directed to farmers, through the foundation of the *House Banking Christiano Osorio*, in 1914, in the city of São João da Boa Vista, in São Paulo.

Keywords: Coffee; credit; accumulation.

Introdução

No campo da História de Empresas, algumas linhagens interpretativas acabaram ganhando destaque e contribuindo para a afirmação dessa área de estudos. Dentre os principais trabalhos que contribuíram para a expansão e enraizamento dessa vereda

analítica, podemos mencionar os desenvolvidos por Alfred Chandler (1998) e Edith Penrose (2006).

O trabalho de Chandler, dedicado, num primeiro momento, a interpretação das grandes firmas americanas, na passagem do século XIX para o século XX, buscou revelar os traços de sua grandeza e a relação com o crescimento da economia norte-americana, de onde cunhou os conceitos de *estratégia* e *estrutura*, ampliados, posteriormente, com a noção de *escala* e *escopo*, ressaltando, sobretudo, a importância de um capitalismo organizacional como fator distintivo no crescimento, não só das grandes empresas, mas também das nações onde estas se encontravam sediadas.

Se por um lado, esses trabalhos contribuíram para o entendimento das grandes *empresas multidivisionais* acabaram deixando de lado uma importante faceta do mundo econômico: as pequenas empresas¹. É dessa forma que pensamos serem úteis os escritos de Penrose, que se esforçou para montar uma teoria do *crescimento das firmas*, sejam elas grandes ou pequenas. Nessa chave, podemos aludir que:

Um dos pressupostos primordiais da teoria do crescimento das firmas é o de que a ‘história tem importância’; esse crescimento é essencialmente um processo evolucionário e está baseado no incremento do saber coletivo, dentro do contexto de uma firma dotada de propósitos (Penrose, 2006, p.16).

Nesse sentido, duas outras definições se fazem necessárias antes de prosseguirmos: como podemos entender as empresas no mundo econômico? E, qual é o papel do empresário nesse conjunto?

Em relação à primeira questão, grosso modo, a firma pode ser útilmente “concebida como uma predisposição psicológica por parte de indivíduos para assumir riscos na expectativa de um ganho e, particularmente, de dedicar esforços e recursos a atividades especulativas” (Penrose, 2006, p.74). Ainda assim, por mais que a empresa

¹ Não que a autora tenha se dedicado exclusivamente as pequenas empresas, mas já em seu trabalho sobre a teoria do crescimento da firma, de 1959, frisou “que as firmas menores como grupo encontram-se numa posição em relação ao mundo exterior diferente daquela das grandes empresas tomadas como grupo”. In: PENROSE, Edith. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p.322. Sobre os novos debates acerca do papel das pequenas empresas e das empresas familiares na história e na economia ver: PÉREZ, Paloma Fernández. Reinstalando la empresa familiar en la Economía y la Historia económica: Una aproximación a debates recientes. *Cuadernos de Economía y Dirección de La Empresa*, Madrid, n. 17, p.45-66, 2013.

apareça como um *organismo social*, ela não está desvinculada das ações individuais de seus empresários, administradores e demais integrantes. Dessa maneira, “os esforços de imaginação, o senso de oportunidade, o instintivo reconhecimento de que poderá ter sucesso ou de como obter sucesso tornam-se fatores de importância decisiva” (Penrose, 2006, p.79).

É nesse sentido que julgamos que o estudo de caso em apreço, através da análise das estratégias empresariais do Coronel Christiano Osório de Oliveira e sua *Casa Bancária*, possa ser emblemático e capaz de revelar a erupção de um segmento específico dedicado ao empréstimo de capitais para a lavoura de café, nas cidades do interior paulista, ressaltando outra característica desse negócio: os laços estreitos entre financiamento e comercialização do produto.

Em trabalho recente verificamos o importante papel assumido por conjunto variado de agentes no sistema de crédito do complexo cafeeiro; no qual, dada à impossibilidade de financiamento *direto* à lavoura, por parte do sistema bancário, pensamos que a atuação de tais agentes foi crucial para a expansão e custeio das lavouras de café.²

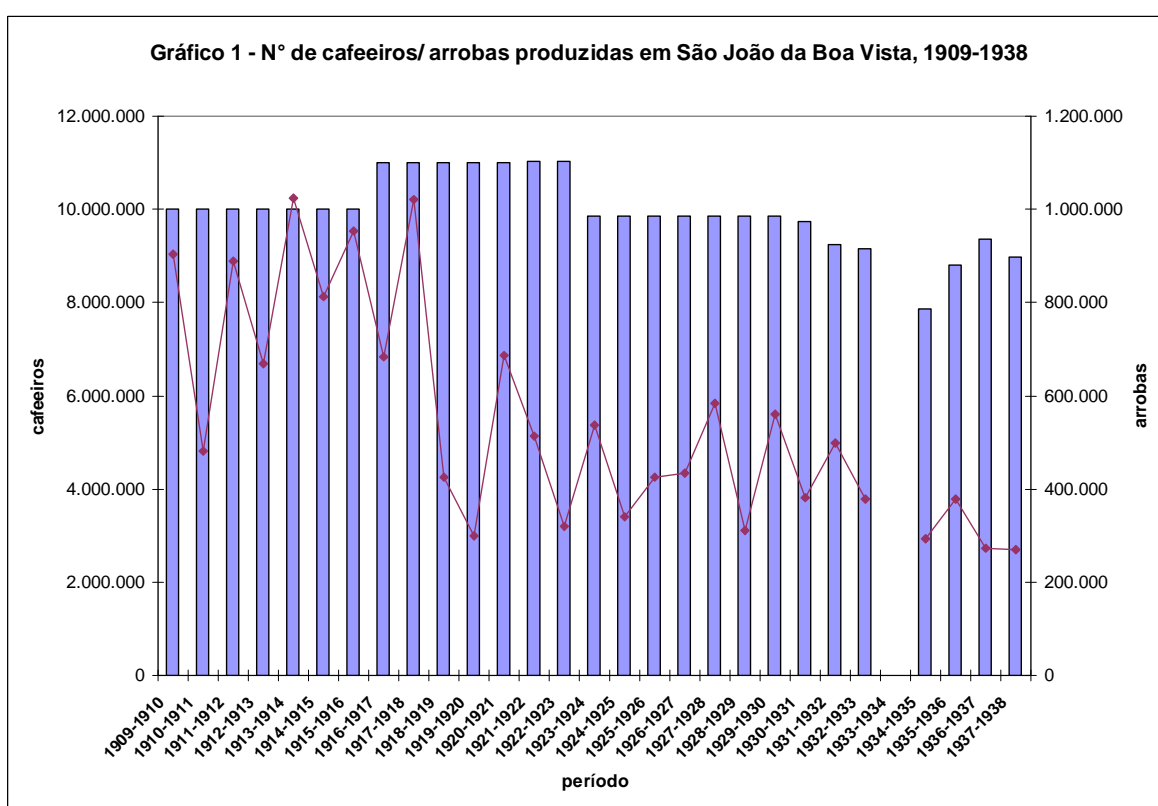
Uma das principais características dessa cadeia de crédito foi a constante variação, no montante emprestado, pelos distintos agentes ao longo do tempo, frente às oscilações da conjuntura financeira. Dentre esses agentes se destacam: os Bancos internacionais, nacionais ou locais, os comissários, os comerciantes atacadistas ou varejistas, negociantes, capitalistas, donos de máquina de beneficiar café, proprietários e até mesmo fazendeiros.

Aqui, procuraremos revelar os mecanismos de atuação de um agente específico: o Coronel Christiano Osório de Oliveira, residente em São João da Boa Vista, no interior do Estado de São Paulo – na região, do *oeste cafeeiro*, denominada *Mogiana*. Julgamos ser sua atuação, além de reveladora das práticas, das lógicas e dos custos no exercício habilitador de crédito, capaz de evidenciar, ainda, os mecanismos que

² A prática do financiamento presente no complexo cafeeiro caracterizou-se por uma *multifacetada cadeia de crédito*. In: FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

possibilitaram sua singular transformação de fazendeiro a banqueiro e, posteriormente, comissário de café na cidade de Santos.

A fim de compreendermos o movimento da cafeicultura no município de São João da Boa Vista selecionamos alguns dados que demonstram a relação entre o número de cafeeiros existentes e a quantidade de arrobas produzidas, no período de 1909 a 1939.



Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-38.

Percebe-se que o número de pés de café em São João da Boa Vista chegou a um patamar de 10.000.000, na década de 1910, atingindo o ápice, com mais de 11.000.000 de árvores, na metade da década de 1920. Em seguida, na década de 1930, manteve-se entre as principais culturas do município, porém não mais recuperou os níveis de produção e os números de pés atingidos no passado. Uma análise na curva de arrobas produzidas também evidencia a tendência decadente da produção cafeeira no município, que teve seu ápice nos anos de 1910, quando chegaram à cifra de quase 1.000.000

arrobas produzidas; em comparação, nos anos finais da década de 1930, a produtividade baixou sobremaneira e alcançou índices pouco superiores a 200.000 arrobas/ ano.

Vale dizer, ainda, que a região vivenciou o primeiro grande salto da expansão cafeeira paulista, ocorrida entre o fim de 1870 e o início de 1880, quando a produção de café praticamente dobrou; esse processo foi realizado, em partes, sob-relações capitalistas de produção.³ Com o *boom* da atividade cafeeira houve, é claro, uma demanda crescente por capitais. Nesse contexto, tem início à atuação de Christiano Osório de Oliveira, que passou a investir seu capital agrário nos negócios do crédito.

A baliza temporal selecionada para o caso em destaque relaciona-se a dois importantes acontecimentos referentes ao objeto de estudo: o primeiro, 1890, é marcado pelos desdobramentos da Abolição, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, culminando em importantes reformulações na legislação creditícia; coincide, esse recorte, com os primeiros empréstimos realizados por Christiano Osório de Oliveira, ainda como fazendeiro de café. A segunda baliza temporal, referente ao ano de 1937, é marcada pela concretização do inaudito projeto, de âmbito nacional, de fomento ao crédito rural: a *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil* (CREAI/BB); corresponde também esse momento com o declínio dos empréstimos efetuados por Christiano Osório, que falece em 1938.

Nossa abordagem privilegiará, assim, as práticas financeiras levadas a cabo por tal agente econômico. Vale frisar que, entre 1890 e 1937, ele teve destacada atuação como fazendeiro de café, capitalista, banqueiro e comissário. Personagem pouco conhecido e discutido na bibliografia foi considerado o verdadeiro “rei do café”, em 1926, possuindo 3.605.470 de cafeeiros, espalhados por todo Estado de São Paulo⁴. De

³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p.35. Ainda: “Resolvido o problema da mão de obra [...]. Com efeito, entre 1886 e 1887 o novo plantio totaliza 465 milhões de cafeeiros triplicando o estoque anterior (220 milhões) e situando a capacidade produtiva em 685 milhões, no que resultaria o aumento da participação paulista no total da produção brasileira de 40%, em 1885, para mais de 60% na abertura do século XX”. p.42-43.

⁴ Foi considerado o maior fazendeiro de São Paulo na década de 1920. Dono de importantes fazendas, distribuídas pelos municípios de Amparo, Ariranha, Campinas, Pedreira, São João da Boa Vista, Santa Cruz da Conceição, Palmeiras e Casa Branca, contava, segundo estatísticas oficiais, nada mais, nada menos do que 3.605.470 cafeeiros, assim discriminados: Amparo, 124.000; Ariranha, 60.000; Campinas, 979.170; Pedreira, 65.000; São João da Boa Vista, 720.000; Santa Cruz da Conceição, 291.000; Palmeiras, 434.000 e Casa Branca, 932.000. In: *A MANHÃ*: Suplemento de São Paulo. Rio de Janeiro, 8 ago. 1926. p.1.

acordo com jornal *A Manhã*, da Capital Federal, tratava-se de um nome desconhecido, mesmo na época, tanto no Rio de Janeiro quanto do “grande publico dessa capital [São Paulo], e que, no entanto, dentro dessa obscuridade e dessa modéstia, representava elle sosinho a cifra fantástica de tres milhões e meio de cafeeiros”.⁵ Nas palavras de Renato Paes de Barros, genro do mesmo, Christiano Osório “fôra o maior productor de café do mundo”.⁶

Diante disso, o que sabemos mais sobre Christiano Osório de Oliveira? Constatamos que ele nasceu, em 1862, no município Caldas (MG), e faleceu, em 1938, com 76 anos, em São João da Boa Vista. Descendia, por parte da mãe, Anna Cândida Bretas Junqueira, do famoso *clã* dos *Junqueiras*.

Sua trajetória empresarial, observada através das fontes documentais, acabou revelando uma tendência à institucionalização do crédito, indo dos empréstimos pessoais à fundação de uma Casa Bancária. Assim, ele foi *fazendeiro* (em todo período), *capitalista* e *representante* da “Casa Comissária J. D. Martins”, de Santos (1897-1914); *banqueiro* em São João da Boa Vista (1914-1938); *comissário* em Santos (1915-1938). Vejamos, o gráfico abaixo, a respeito dos volumes de empréstimos hipotecários concedidos por ele na cidade de São João da Boa Vista:

⁵ *A MANHÃ*: Suplemento de São Paulo. Rio de Janeiro, 8 ago. 1926. p.1.

⁶ *CORREIO PAULISTANO*: Orgam do Partido Republicano Paulista. São Paulo, 10 nov. 1938. p.5.



Fonte: Livros de *Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos São João da Boa Vista.

Podemos perceber que sua atuação, como agente do crédito, tem princípio logo após a abolição, momento em que a economia cafeeira precisou de uma injeção de meios de pagamento, visando atender as novas ingerências imposta pelos salários dos colonos. Segundo Flávio Saes, com o fim do “escravismo e conseqüente generalização do trabalho livre sob o regime de colonato tem sido atribuído importante papel na monetarização da economia cafeeira. Não há dúvida que a demanda monetária da lavoura amplia-se [...]” (1986, p.184). Para John Schulz “a crise abolicionista trouxe uma mudança radical nas políticas de crédito” (1996, p.18), principalmente porque alteraram-se as bases legais das garantias, que até então eram feitas mediante o penhor ou hipotecas de escravos. Quase todos os financiamentos exigiram como garantia a *propriedade escrava*. Após o fim da escravidão, de acordo com José de Souza Martins, foram necessárias

modificações nas leis, de modo que, no lugar da hipoteca do imóvel, lhes fosse garantida a penhora do fruto pendente e do fruto colhido. Essas alterações nas condições de financiamento da produção de café eram necessárias igualmente porque [...] depois da acentuada alta decorrente do fim do tráfico, a queda no preço dos escravos, ante o fim previsível e iminente do regime servil, diminuía a capacidade dos

fazendeiros de levantarem capitais junto a seus credores em proporção ao volume de seus negócios (2010, p.46).

Nesse contexto, como Christiano Osório de Oliveira realizou os seus empréstimos? Quais as taxas de juros e os prazos praticados? Quais garantias ele exigiu? Que valor transacionou? Quem foram os seus devedores?

Para facilitar a análise optamos por separar a atuação desse agente econômico em três “fases”: a primeira fase (1890-1896) corresponde a sua atividade de fazendeiro, que excepcionalmente fazia empréstimos, configurando uma forma de crédito *não institucionalizado*, ou seja, fazia empréstimos pessoais. A segunda fase (1897-1913) alude a sua *especialização* nos negócios do dinheiro, onde passa a atuar como um capitalista⁷ local; nessa fase estabelece ligações com os comissários da Praça de Santos, evidenciando seu interesse pela comercialização do café. Na terceira fase (1914-1937), passa a operar como banqueiro em São João da Boa Vista e funda sua própria Casa Comissária em Santos.

Assim, notamos que sua trajetória é marcada pela *institucionalização do crédito*, processo observado por Flavio Saes nos seus estudos sobre o crédito em São Paulo, porém, com uma diferença: o Cel. Christiano Osório aproveitou o “nicho” deixado pelos grandes bancos nacionais e estrangeiros, priorizando o financiamento aos lavradores de café.

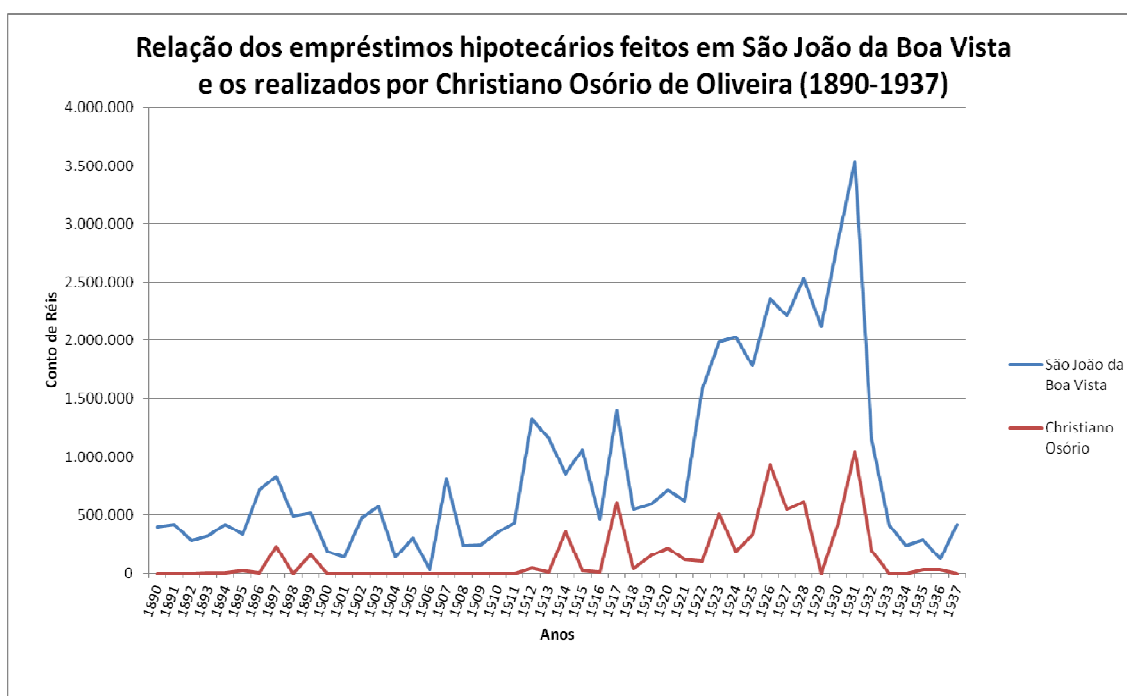
Nesse sentido, no contexto da teoria do crescimento da firma, podemos dizer que o agente em questão soube aproveitar as oportunidades deixadas pelos grandes Bancos, crescendo, assim, nos interstícios da economia. Penrose propõe

chamar estas oportunidades para firmas pequenas de ‘interstícios’ da economia. As oportunidades produtivas de pequenas firmas são assim integradas pelos interstícios deixados abertos pelas grandes firmas, e que as pequenas vislumbram como possibilidades a serem desfrutadas. Se um número suficiente de pequenas firmas julgar suas perspectivas com razoável correção e agir de acordo com elas, então a taxa de crescimento da economia será maior do que as grandes firmas. E se as pequenas firmas já existentes forem incapazes ou não desejarem preencher todos os interstícios, haverá condições para a criação bem-

⁷ A designação *capitalista* não pressupunha empréstimos eventuais, mas sim enquadravam aqueles sujeitos que praticavam a atividade creditícia com certa constância, uma espécie de agiota nos dias de hoje.

sucedida de novas firmas. Em outras palavras, encontramos aqui na presença de uma variante do princípio há muito familiar das vantagens comparativas; dada a limitação dos recursos, uma firma com vantagens sobre outras em numerosos campos de atividades achará sua expansão mais favorável naqueles em que suas vantagens forem maiores. Essencialmente, tais interstícios vão sendo criados porque há limites para a taxa de expansão de qualquer firma, inclusive das maiores; a natureza dos interstícios que vão surgindo é determinada pelas espécies de atividades nas quais as empresas maiores encontram suas oportunidades mais lucrativas, e nas quais elas se especializam, deixando abertas as demais (2006, p.329-330).

Dessa forma, não podemos negar a importância que tem o “contexto” como um fator, em grande medida, determinante para o crescimento das firmas, principalmente das menores, pois elas devem levar em conta as oportunidades e os interstícios criados, como fatores essenciais para sua capacidade de crescer. Através do gráfico abaixo, visualiza-se a relação entre todos os contratos de hipotecas realizados na cidade de São João da Boa Vista e aqueles efetuados por Christiano Osório, mostrando principalmente que, na década de 1920, no momento de revigoramento da economia cafeeira, houve tanto a maior demanda de crédito da cidade, quanto o maior volume de capitais emprestado por tal agente econômico.



Fonte: Livros de *Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos São João da Boa Vista.

Quanto aos valores por ele transacionados, em todo o período, temos a considerável soma de 1.913:889\$000 (quase dois mil contos de réis) em empréstimos com penhor agrícola e a cifra elevadíssima de 9.762:652\$000 (quase dez mil contos de réis) com empréstimos hipotecários, totalizando 11.676:541\$000.

Tabela 1- Porcentagem, por ocupação dos devedores, no crédito hipotecário fornecido por Christiano Osório de Oliveira, 1890-1937.

PROFISSÃO DOS DEVEDORES	VALOR	%
Lavrador	8.944.849	91,6%
Industrial	387.000	4,0%
Proprietário	233.338	2,4%
Comerciante/ Negociante	197.465	2,0%
TOTAL	9.762.652	100,0%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

Na tabela acima, onde aparece especificada a ocupação dos devedores no total de empréstimos hipotecários concedidos, em São João da Boa Vista, pelo Cel. Christiano Osório de Oliveira, percebe-se, nitidamente, que mais de 90% de seus capitais foram empregados junto aos lavradores de café da região. Fato que demonstra sua intenção maior: o empréstimo de capitais aos cafeicultores, bem como o acesso à produção dos devedores, visando a sua comercialização. Esse dado pode ser corroborado pela segmentação dos volumes emprestados entre o “campo e a cidade”. Neste quesito, o meio rural absorveu 91,5% do volume dos empréstimos hipotecários e 100% do volume dos empréstimos com penhor agrícola, mediante a garantia obrigatória das safras de café “pendentes” ou futuras.

1.1- Primeira fase: entre a lavoura e os empréstimos (1890-1897)

No *Almanach de São João da Boa Vista*, para o ano de 1901, Christiano Osório de Oliveira aparece como lavrador, possuindo cerca de 541.000 pés de café. Nas tabelas abaixo vemos sua ascensão como destacado fazendeiro de café.

Tabela 2 - Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1919.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	750.000
2	<i>Christiano Osório de Oliveira</i>	500.000
3	Gabriel Azevedo Junqueira	310.000
4	Cel. Ernesto de Oliveira	300.000
5	Joaquim Candido de Oliveira	300.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919.

Tabela 3 - Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1929.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	<i>Christiano Osório Oliveira</i>	720.000
2	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	497.000
3	Domingos Theodoro de Azevedo	395.000
4	Joaquim Candido de Oliveira	260.000
5	Waldemar Ferreira & Irmão	255.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1929.

Tabela 4 - Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1938.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	<i>Christiano Osório Oliveira</i>	600.000
2	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	520.000
3	D. Luciana Raposo de Vasconcellos	341.000
4	Gabriel Azevedo Junqueira	270.000
5	Pedro Cabral de Vasconcellos	200.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-1938.

Os dados acima referendam sua caracterização como grande fazendeiro de café, ainda mais se computarmos os números de cafeeiros que possuía em outros municípios. Em Casa Branca, no ano de 1919, ele aparece como o maior produtor, com 1.790.000

pés de café (São Paulo, 1919, p.65). No mesmo ano, em Palmeiras, ele é 5º na lista de produtores, com 484.500 pés (São Paulo, 1919, p.116). Como fazendeiro ele realizou 15 empréstimos, totalizando 276:960\$000 contos de réis. Vejamos alguns exemplos de como ele atuava.

Em 1893, Christiano Osório de Oliveira, fazendeiro e residente na cidade de São João da Boa Vista, emprestou 2:000\$000, a Luiz Ignácio Ferreira e sua mulher, lavradores da mesma cidade. O prazo estipulado para pagamento foi de cinco anos, com taxa de juros de 12% a. a. Como garantia desse empréstimo recebeu em hipoteca uma parte de terras na Fazenda da Boa Vista. Essa propriedade rural possuía “dois alqueires de terras de cultura, uma casa coberta de telhas e 3.000 pés de café”⁸. Um dado interessante pode ser observado na averbação dessa mesma escritura: “Certifico que por carta de arrematação extrahida dos autos de execução hypotecaria de 8 de dezembro de 1902 [...] o credor exequente Major Christiano Osório de Oliveira, senhor e possuidor dos bens inscriptos ao lado e mais dos arrematados e executados dos devedores Luiz Ignácio Ferreira e sus filhos [...]”. Nesse caso, o não pagamento da dívida resultou na apropriação dos bens dos devedores pelo credor, garantindo o retorno do capital empregado no empréstimo. Vale lembrar que, entre 1898 e 1906, a cafeicultura atravessou uma severa crise, resultado da baixa dos preços no mercado internacional e da política contencionista de Campos Salles.

Em outro caso, percebemos as mesmas constatações. Em 1895, Christiano Osório de Oliveira, emprestou 7:000\$000 para Antonio Braz Ramos, lavrador residente em São João da Boa Vista, com prazo de quatro anos para total reembolso e juros de 18% ao ano. Como garantia, o devedor forneceu o Sítio Mattão, situada no mesmo município, com 14 alqueires de terra, 15.000 pés de café de “ano e meio” contendo casa de morada e mais benfeitorias.⁹ Como o pagamento do empréstimo não foi realizado, o credor executou o devedor e recebeu os bens em *dação in-solutum*.

Estas escrituras nos permitem avaliar que: a) famílias de pequenas posses estiveram no rol de seus empréstimos; b) o acesso ao crédito, mesmo que diminuto, era

⁸ Oficial de Registro e Imóveis de São João da Boa Vista. *Livro de Inscrição Especial* n° 2; hipoteca n° 90.

⁹ Idem. *Livro de Inscrição Especial* n° 2; hipoteca n° 192.

crucial para a manutenção da vida desses sítiantes que, impossibilitados de acessar o sistema bancário, obtinham crédito junto aos grandes fazendeiros; c) mesmo conseguindo acesso ao crédito estes pequenos sítiantes ficavam reféns de juros e prazos nada favoráveis à lavoura, fato que ocasionava, especialmente em momentos de crise, a perda dos bens hipotecados.

1.2- Segunda fase: o crédito e a intermediação comercial como negócio (1897-1914)

Nesta “fase” destaca-se a atuação do nosso agente do crédito como *capitalista* e como representante comercial da *Casa Comissária J. D. Martins*, de Santos. Como capitalista ele movimentou cerca de 800:000\$00 em empréstimos. Segundo Flávio Saes “sabemos da existência de inúmeros bancos, mas sabemos também ter sido possível a casas comerciais e mesmo a indivíduos realizarem empréstimos de modo regular sem que haja registros documentais completos ou de fácil acesso” (1983. p.122). Assim, julgamos ser de fundamental importância revelar os mecanismos e as lógicas dos empréstimos desses capitalistas locais, uma vez que nos permitem avançar no conhecimento referente ao crédito sob formas *não institucionalizadas*.

Em 1897, o então Major Christiano Osório de Oliveira, capitalista, residente em São João da Boa Vista, empresta 120:000\$000 ao lavrador Irineu Marçal Nogueira de Barros, também morador de São João da Boa Vista. O contrato estipulava a data de vencimento em quatro anos e os juros de 12% a.a. Como garantia o devedor hipotecou dentre outros bens a Fazenda Santa Margarida composta de 55 alqueires de terras de cultura, com 100.000 pés de café, entre novos e formados, casa de morada, tulha, paiol, moinho de fubá, casas de colonos e mais benfeitorias. Ainda, “ficam submettidos a mesma hypotheca [...] os fructos que produzirem os cafezaes descritos nas terras mencionadas, os quaes não poderão ser vendidos nem allienados sem expresso consentimento dos outorgados credores, enquanto não for saldada a presente divida”.¹⁰ Desta maneira, fica clara a intenção do credor: “apropriar-se”, via relação contratual, do café produzido pelo devedor.

¹⁰ Oficial de Registro e Imóveis de São João da Boa Vista. *Livro de Inscrição Especial* n° 2A; hipoteca n° 374.

Este caráter de sujeição do devedor para com o credor fica evidente em outra escritura de concessão de crédito mediante penhor agrícola. Em 1908, Luciano Ribeiro Nogueira, lavrador, residente em Casa Branca contraiu uma dívida, no valor de 45:500\$000, para com o capitalista Christiano Osório de Oliveira. As cláusulas previam os juros de 1% ao mês e o prazo de vencimento de um ano. Para garantir o crédito o devedor deu “10.000 arrobas de café da safra do corrente ano, que está sendo colhida da referida fazenda, que os devedores se obrigam a remetter a Casa Comissária J. D. Martins de Santos, estando incluído nesse número as 6.000 arrobas já oneradas”.¹¹ Esta escritura, além de ressaltar a entrega dos cafés, demonstra a ligação do credor com comissários de Santos.

Julgamos, ainda, ser esse contrato interessante pelo fato de ter sido quitado só em 18 de maio de 1922, sem nenhuma execução judicial. Apresentou-se, assim, vantajoso para o credor, pois ele poderia prorrogar o prazo para quitação, estendendo por mais tempo seu domínio sobre a safra do devedor, elevando, dessa forma, suas possibilidades de lucratividade.

Rodrigo da Silva Teodoro diagnosticou que existia, na cidade de Franca (SP), tal mediação entre os comissários e os fazendeiros, realizada pela figura do capitalista local.¹² “A conclusão a que se chega é que o comissariado deveria atuar de forma coordenada com os capitalistas locais [...]” (Teodoro, 2006, p.109). Dada à complexidade das unidades de produção dentro do complexo cafeeiro, como já afirmamos, é bem provável que essa estruturação acabou sendo comum no complexo cafeeiro, ainda mais em uma cafeicultura como a de Franca, baseada na média e na pequena lavoura.

¹¹ Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca. *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola* nº 5; penhor nº 258.

¹² O autor, calcado na realidade do município de Franca, afirma que “com base nestes números [66% do total de empréstimos feitos por casa comissária a capitalistas locais] e nos relatos anteriores que associam os comissários a usurários locais, que até certo ponto, aqueles não lograriam estender sua influência sobre as localidades do interior sem o auxílio dos capitalistas. Não podemos afirmar com certeza se a totalidade dos comissários dependia desta intermediação, mas este tipo de associação parece ter se intensificado durante a economia pós-plano de valorização”. In: TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca 1885-1914. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 2006. p.107.

Outro dado importante que merece ser destacado nessa “fase” da análise é quanto ao longo tempo em que permanece fora, ou participando timidamente, do *mundo do crédito*. Inferimos ser esse fato decorrente de duas razões. Primeiramente, devido à situação crítica vivenciada pela cafeicultura entre 1898 e 1906, culminando com o *Convênio de Taubaté*; que só foi refletir positivamente na alta dos preços do café depois de 1910. Em segundo lugar, merece destaque sua atuação como *pagador* da Cia. Mogiana, na região, entre 1907 e 1914. Existe um contrato, entre ele a ferrovia, nesse período, para que exerça tal função de *pagador*.¹³ Esse hiato, como sublinhamos, é marcado pelo baixo número de empréstimo por ele efetuado, porém com maior volume de capitais empregados.

Outro ponto importante, nesse ínterim, que pode iluminar sua participação indireta no mundo do crédito diz respeito a uma sociedade estabelecida entre Christiano Osório de Oliveira e José Domingues Martins (dono da Casa Comissária J. D. Martins). Estes dois agentes se associaram para fundar uma casa bancária chamada *Martins & Comp.* Alguns relatos mencionam que, por volta de 1909, esta empresa teria funcionado em São João da Boa Vista, mas não dispomos de nenhuma documentação que revele sua ação na cidade. Encontramos somente, em 1914, um anúncio no jornal *Correio Paulistano*, mencionando o fim da sociedade entre eles.

1.3- Terceira parte: a fundação da casa bancária e a comercialização de café em Santos (1914-1937)

Conforme diagnosticou Flávio Saes, em 1915, os Bancos estrangeiros foram responsáveis por 50,1% dos empréstimos; os Bancos nacionais, estabelecidos na capital de São Paulo, ficaram 48,1% dos empréstimos; e, aos Bancos nacionais, instalados no interior, coube a pequena fatia de 1,8% dos empréstimos (1986, p.107). Mais de uma década depois, em 1928, os números indicavam a seguinte situação: os Bancos Estrangeiros diminuíram sua participação, sendo responsáveis por 28,8% dos

¹³ Oficial de Registro e Imóveis de São João da Boa Vista. *Livro de Inscrição Especial* n° 2B; hipoteca n° 669. A atividade de *pagador* relaciona-se as funções contábeis desenvolvidas por alguns agentes de importância local, pois estes ficavam responsáveis por todas as transações financeiras prestadas pela ferrovia.

empréstimos (cerca de 705 mil contos de réis); os Bancos nacionais, da capital paulista, evoluíram sobremaneira, abarcando 65,2% dos empréstimos (cerca de 1 milhão e meio de contos de réis); por sua vez, os Bancos nacionais do interior, constituídos em sua maioria por pequenas agências, também apresentaram crescimento, abrangendo 6% dos empréstimos (cerca de 150 mil contos de réis) (Saes, 1986, p.107).

É nesse contexto que vemos a fundação e o desenvolvimento da *Casa Bancária Christiano Osório*, em 1914, na cidade de São João da Boa Vista. No livro de *Registro de Firmas* consta que “a firma comercial é constituída por seu unico proprietario Christiano Osório a quem unica e exclusivamente compete o uso da firma. Seu genero de commercio é descontos e negócios concernentes a este ramo”.¹⁴ Não demora muito para vermos essa Casa Bancária ser referida como “estabelecimento de crédito”, nos livros de hipotecas e penhor agrícola.

Como apresentado, até aqui, as principais formas de captação de crédito da qual se utilizavam os cafeicultores foi mediante hipotecas, penhor agrícola e *warrants*.¹⁵ Essa última forma, apesar de importante, não competia com o penhor agrícola e, principalmente, com a hipoteca – a forma mais difundida de garantia. Outra forma de crédito, muito comum na economia cafeeira, são os fornecidos pelos comerciantes locais; mas, esta é uma modalidade pouco estudada, devido, principalmente, a escassez de documentação.¹⁶ Esse crédito, muitas vezes, era lançado em *cadernetas*, e servia mais para o consumo das propriedades com os mantimentos e insumos necessários ao cotidiano da vida rural. Seu prazo, quando muito, se estendia de safra a safra.

Sendo limitado o crédito agrícola, foram raras as instituições que se dedicaram a esse segmento, cabendo destaque ao *Banco de Crédito Real de São Paulo* – fundado em 1882 e liquidado em 1906 – e ao *Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo* – formado em 1909, atuou até 1926, quando passou ao “controle do Governo do Estado, assumindo o nome de Banco do Estado de São Paulo” (Saes, 1986, p.127).

¹⁴ Livro de Registro de Firmas ou Razões Comerciaes, nº1, escritura, nº104.

¹⁵ A Lei de Hipoteca data de 1864 e as referentes ao Penhor são de 1885. Os *warrants* ganham força após o início do século XX, com a instalação dos Armazéns Gerais.

¹⁶ Um trabalho recente que avança na análise deste segmento, nos quadros da economia cafeeira foi o de MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. Nesta tese ele aponta os laços dos comerciantes locais com os comissários de café de Santos e os atacadistas dos grandes centros urbanos.

Apesar das reduzidas linhas de crédito agrícola, fato evidenciado através dos constantes reclamos da *lavoura*, ele não era impossível de ser praticado e adquirido, claro que, como vimos a juros e a prazos nem sempre condizentes com as vicissitudes da lavoura; e, com cláusulas que limitavam o poder de comercialização do café pelos próprios produtores.

Contudo, mesmo diante dessa situação, a atividade cafeeira conseguiu evoluir e se manter *dinâmica*, mesmo depois de 1929. Essa situação pode ser entendida quando referendamos os mercados de crédito locais, capazes de suprir, em partes, a demanda por numerário dos lavradores de café. Claro que, em um delicado jogo de contas, na base da pirâmide, esses fazendeiros procuravam sempre utilizar contrapartidas *não monetárias* para prover a remuneração dos colonos, reduzindo ao máximo sua dependência do capital-dinheiro. Mas, em uma economia pautada no trabalho livre, nem sempre essas estratégias alcançavam total eficiência, fazendo com que o fazendeiro de café recorresse constantemente à moeda sonante.

Cabe sabermos, como a *Casa Bancária Christiano Osório* atuava no mercado de crédito regional. O primeiro empréstimo realizado por ela deu-se em oito de junho de 1914. Neste, vemos Laudissimo Manoel Mafra e sua mulher, fazendeiros da cidade vizinha de Vargem Grande, assumir uma dívida no valor de 13:800\$000, “que serão reemontados com o custeio que o credor se comprometeu a fornecer aos seus devedores na importância de 125\$000 por mês durante quatro anos a começar em julho próximo”.¹⁷ Os juros ficaram estipulados em 12% a.a., pagos anualmente, e, na falta de pagamento dos juros fica vencida toda a dívida. O prazo dado para o pagamento foi de quarenta e oito meses. Os devedores hipotecaram o sítio “São Miguel”, constante de partes de terras de cultura, capoeira e pastos, com uma plantação de 9.000 pés de café, formados, com uma casa de morada e outra para colono. Pelas condições do contrato:

ficam os devedores obrigados a não vender nem penhorar os fructos pendentes dos seus cafezaes, no corrente anno e nos demais até o vencimento da divida, os quaes serão entregues ao credor nesta

¹⁷ Oficial de Registro e Imóveis de São João da Boa Vista. *Livro de Inscrição Especial* n° 2 C; hipoteca n° 830.

cidade, depois de limpos afim de remetter para Santos a serem vendidos, sendo o producto liquido creditado aos devedores [...].¹⁸

Em outro empréstimo, no ano 1915, Barnabé Canteiro e sua mulher, lavradores em São João da Boa Vista, adquirem 20:000\$000, com o prazo de quatro anos para o pagamento e juros de 10% a.a., “que serão pagos annualmente e na falta serão capitalizados ou será considerada vencida a divida a vontade do credor”.¹⁹ O devedor deu em garantia a fazenda “Repucho”, contendo 60 alqueires de terra, três casas de morada e 20.000 cafeeiros. Além do mais:

os fructos pendentos dos referidos cafeeiros ficam comprehendidos na presente garantia, os da safra de 1914 e seguintes, até liquidação da divida; e serão remettidos a Casa Comissária que o credor tem em Santos para lá serem vendidos pelos preços dos mercados e creditado o seu producto aos devedores.²⁰

Os exemplos poderiam ser arrolados aos montes e observaríamos a mesma constância, no período em tela, dessas evidências: os juros se estabilizam na casa dos 12% a.a., o prazo fica em torno de quatro anos e as condições visam sempre o controle sobre a comercialização dos cafés produzidos pelos devedores.

Outro fator característico dessa “fase” foi o aumento das quantidades emprestadas, sejam na sua totalidade ou nos empréstimos em si. Deste modo, em 1923, vemos a *Casa Bancária Christiano Osório* fornecer a quantia de 455:327\$200 a Carlos Rehder, fazendeiro, residente em São João da Boa Vista. O prazo para o vencimento era quatro anos e esse teria que ser realizado em quatro prestações, sendo a primeira, de 200:327\$200, até 30 de junho de 1924 e a quarta, de 85:000\$000 até 30 de junho de 1927. Os juros foram de 12% a.a.. A garantia desse crédito constituía-se de uma fazenda denominada “Barreiro”, com 242 alqueires, 142.000 pés de cafés formados, máquinas de beneficiar café movida à eletricidade e casas de colonos. Entre as condições o devedor:

¹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹ Idem. *Livro de Inscrição Especial* n° 2 C; hipoteca n° 902.

²⁰ Idem. Ibidem.

se obriga a consignar a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, em Santos, os seus cafés da safra do corrente anno, e dos que se seguir, enquanto houver debito em aberto, em consequência do seu empréstimo [...] ficando estabelecido que o producto liquido de suas contas de vendas e depois de deduzido o custeio que tiver que fazer, o liquido será retirado para pagamento das prestações do seu debito [...].²¹

Torna-se, assim, evidente o mecanismo por trás do fornecimento de crédito, isto é: o Cel. Christiano Osório de Oliveira buscava, acima de tudo, assegurar para si a comercialização das safras penhoradas. Para obter maior eficiência nos seus negócios estendeu sua ação empresarial à cidade de Santos, o principal porto de exportação e centro comercial do complexo cafeeiro, através da fundação da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*.²²

Cabe salientar, que nesse período, houve duas conjunturas desfavoráveis à cafeicultura: uma, no final de Primeira Guerra Mundial, marcada pela retração dos mercados e dos preços, agravada pela geada de 1918; e, outra, marcada pela crise de 1929 e suas consequências, contribuindo para a execução judicial de muitos clientes da Casa Bancária que obtiverem crédito mediante contratos de hipotecas e penhor.

Esse fato pode ser observado nas fontes documentais, ajudando a explicar um movimento contrário do seu capital: se, a princípio, o capital agrário transformou-se em capital bancário, sua escalada à situação de banqueiro reforçou sua característica de grande proprietário fundiário, uma vez que, o não pagamento das dívidas fazia aumentar suas propriedades rurais através do recrutamento dos bens executados.

Dessa forma, afirmações categóricas como as de José de Souza Martins – na qual os “comissários, os bancos, os comerciantes *não* estavam interessados em se tornar fazendeiros. Alguns alegavam até que nem mesmo sabiam lidar com uma fazenda de café” (2010, p.46) – merecem ser reavaliadas, pois, nesse caso, o *agente de crédito* possuía amplo conhecimento sobre todas as etapas do circuito de valorização da economia cafeeira, ou seja, da produção à comercialização, passando pelo financiamento.

²¹ Idem. *Livro de Inscrição Especial* n° 2 E; hipoteca n° 1202.

²² Esta foi fundada, em 1915, e funcionou até o segundo quartel do século XX, dedicando-se sempre à compra e venda de café e outras *commodities*.

Considerações finais

Tal hipótese, na qual os pequenos bancos do interior eram fornecedores de capitais para lavoura encontra respaldo na obra de Flávio Saes, pois ele afirma que restavam aos “pequenos bancos locais, espaço estreito, sujeito tanto à concorrência dos grandes bancos da capital como às crises monetárias. Potencialmente, estes bancos do interior estariam em melhores condições de atender a lavoura” (1983, p.148).

Assim, realizado o estudo de *caso* em questão, inserindo-o numa visão mais ampla onde fica evidente a estratificação da cadeia do crédito na economia cafeeira, tentamos responder a pergunta: como um fazendeiro se “transformou” em banqueiro? O segredo parece estar nas operações de empréstimo que realizava, pois visava à comercialização da safra, uma vez que também se constituiu em comissário de café, na Praça Santos.

Assim, dominava duas importantes etapas do processo de valorização do capital que apareciam, muitas vezes, “desconexas” à maioria: era produtor, possuindo a experiência necessária para administrar uma fazenda e o regime da lavoura cafeeira; e, ainda, dominava os jogos do comércio em Santos. Dominava, então, as informações nas duas pontas do circuito de valorização da economia cafeeira. “Y para el desarrollo de las habilidades crediticias fue decisivo contar con información pues era el elemento prioritario para definir estrategias y planificar el rumbo económico” (Lluch, 2006).

Assegurando participação, tanto no interior do Estado de São Paulo (no mundo da produção) quanto em Santos (no mundo da comercialização) esse agente do crédito conseguiu reduzir a assimetria de informação existentes nos negócios do café, fato que contribuiu para aumentar sua margem de lucro e reduzir seus riscos. Para Fernand Braudel a fortuna no jogo capitalista não depende somente da personalidade e da força inovadora dos empresários

Depende sobre todo de la posición que ocupa en la red socioeconómica, en las jerarquías espaciales y sociales que produce y, en consecuencia, de su capacidad para moverse en la trama de automatismos de la que forma parte, obteniendo de estos

condicionamientos su propia ventaja y, a la postre, su propia libertad de acción, su propio margen de innovación (Gemelli, 2005, p.131).

A Casa Bancária aparece, nesse conjunto, como mais uma possibilidade de valorização do capital, mediante juros, e, ainda, possibilita “arregimentar” a produção alheia garantida pelos empréstimos. Ademais, ele emprestava dinheiro não só para os cafeicultores, mas também em negócios urbanos, como indústria de tecidos e frigoríficos da região, aos comerciantes locais e em obras de melhoramentos urbanos, como energia elétrica e saneamento, junto às prefeituras.

Outra consideração importante é que o estudo em apreço possibilitou iluminar certa linearidade de ação, no sentido de uma *institucionalização do crédito*. O que muitas vezes era percebido como setores segmentados quando analisado em conjunto passa a ser entendido como um processo, percorrendo o caminho de fazendeiro à capitalista, e, desse à condição de comissário e banqueiro.

Assim, mesmo se tratando de uma pequena firma, estabelecida no interior do Estado de São Paulo, não podemos deixar de destacar a visão desse agente econômico no sentido de aproveitar os *interstícios* criados na economia cafeeira, e, ainda, salientar sua ação empresarial muito similar a das grandes firmas e dos grandes capitalistas, sempre no sentido de diversificação dos negócios, utilizando-se comumente:

das diversificações como meios para enfrentar incertezas gerais. Os maiores e mais profundos efeitos da incerteza – dando origem a uma impressão de que é até certo ponto mais seguro manter um *portfolio* diversificado, e a uma desconfiança geral de colocar todos os ovos na mesma cesta, mesmo que essa seja vigiada de perto (Penrose, 2006, p.219).

Bibliografia

BESKOW, P. R. *O crédito rural público numa economia em transformação: estudo histórico e avaliação econômica das atividades em financiamento agropecuário da CREA/BB de 1937 a 1965*. 1994. Tese (Doutorado em Economia), Campinas: UNICAMP, 1994.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Valência/ Granada: PUV, 2005.

LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006.

MARTINS, Antonio Gomes. *Almanach de São João da Boa Vista para o ano de 1901*: São João da Boa Vista: S/E, 1901.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

McCRAW, Thomas K. (Org.) *Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

PENROSE, Edith. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

PÉREZ, Paloma Fernández. Reinstalando la empresa familiar en la Economía y la Historia económica: Una aproximación a debates recientes. *Cuadernos de Economía y Dirección de La Empresa*, Madrid, n. 17, p.45-66, 2013.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A questão do crédito na economia paulista na Primeira República. In: BARRETO, A. M.; LUNA, F. V.; SAES, F. A. M.; COSTA, I. N.; NOZOE, N.; MELLO, Z. M. C. *História Econômica: ensaios*. 1. ed. São Paulo: IPE/USP, 1983.

_____. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986.

SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-38.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: Edusp; Instituto Fernand Braudel, 1996.

XI Congresso Brasileiro
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12^a Conferência Internacional
de História de Empresas



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



Departamento de Economia
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca 1885-1914. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 2006.